



PREGÃO ELETRÔNICO

002/2024

CONTRATANTE

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA-FUNSAU/NA

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA-FUNSAU/NA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 173.909,25

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/02/2024 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA | 6 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 6 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 8 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 10 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 11 |
| 9. DOS RECURSOS | 12 |
| 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 13 |
| 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 13 |
| 12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 14 |
| 13. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO | 14 |
| 14. DO(S) VALOR (ES) DE REFERÊNCIA | 14 |
| 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO | 14 |
| 16. DAS CONDIÇÕES E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 14 |
| 17. DA ALTERAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS | 16 |
| 18. DO RECEBIMENTO E ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE | 16 |
| 19. DO CADASTRO DAS LICITANTES VENCEDORAS NO E-CJUR DO TCE/MS | 16 |
| 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 16 |



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 217/2024

Torna-se público que a FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU/NA, por meio do Setor de Licitações, sediada na Avenida Eulenir de Oliveira Lima, nº 71, Bairro Durval Andrade Filho, CEP: 79.750-000, Nova Andradina-MS, realizará licitação, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/06, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 15/02/2024

Horário: 09:00 (Horário de Brasília)

Local: Plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – www.bll.org.br

Impugnação/Esclarecimento: 07/02/2024

Modo de disputa: aberto

****Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação em todas as suas fases, no Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da BLL COMPRAS (site: www.bll.org.br)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU/NA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos, pertencerem ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, bem como apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) no endereço eletrônico (<http://bll.org.br>)

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL).

2.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido no site “<https://bllcompras.com/Home/Register>”.

2.6. Para melhores esclarecimentos relativos a cadastramento do licitante, acessar o endereço eletrônico “<https://bll.org.br/wp-content/uploads/2021/02/REGULAMENTO-BLL.pdf>”.

2.6.1. A obtenção dos benefícios constantes do Capítulo V, da LC nº 123/06 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. **Não poderá(ão)** disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, “*Justificativa: A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio*”;

2.7.7. Direta ou indiretamente, ou participar da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o



exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8. As vedações dos subitens anteriores estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

2.10.1. Às Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI'S), serão aplicados os benefícios e exigências do Capítulo V da Lei Complementar n° 123/06.

2.10.2. As Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's), deverão comprovar seu enquadramento mediante Declaração de atendimento, podendo ser utilizado o modelo constante no **anexo V**.

2.10.3. A não entrega da Declaração ou sua imperfeição, implicará na anulação do direito em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar n° 123/06.

2.10.4. No caso de MEI (Microempreendedor Individual) fica dispensada a apresentação da declaração referida no subitem anterior.

2.10.5. As Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI's) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, social e trabalhista, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação, ou seja, como critério de habilitação não será exigida comprovação da regularidade, sendo a confirmação dessa situação condicionada à posterior regularização da documentação. (Lei Complementar n° 123 art. 43, § 1º, com redação dada pela Lei Complementar 147/14).

2.10.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a pedido do interessado e a critério da Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina – FUNSAU/NA, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

2.10.7. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal, social e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

2.10.8. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

2.10.9. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇÓBA

2.10.10. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 2.10.6 acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

3.1. Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se junto à plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, nos termos do que exige a lei e as normas administrativas da BLL COMPRAS.

3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações e Leilões do Brasil.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu procurador, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. A participação no Pregão, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

3.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu procurador, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou por meio do e-mail contato@bll.org.br.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes deverão cadastrar no sistema eletrônico sua proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para o término do cadastro de propostas.



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

- 4.3. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.4. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, em formato digital, posteriormente à fase de julgamento. Ressalte-se que será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.
- 4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até o prazo do término do cadastro de propostas.
- 4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá registrar sua proposta em campo próprio do sistema.
- 5.1.1. **As propostas deverão ser cadastradas com valor unitário do item**, tendo em vista que o próprio sistema da BLL fará a multiplicação e emitirá os relatórios com o (s) valor (es) total (is) do (s) item (ns), nesse caso os lances serão sobre o valor unitário do item.
- 5.1.2. No caso do (s) lote (s) formado (s) com mais de 1 (um) item, nessa situação os lances serão pelo valor total do lote, face a uma funcionalidade do sistema da BLL–Bolsa de Licitações e Leilões.
- 5.1.3. A proposta deverá conter seu valor e marca do objeto, assim como seu quantitativo.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar adequadamente o objeto licitado, promovendo quando necessário sua substituição.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no anexo I deste edital (Preços Máximos de Referência).



5.8. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão dos motivos elencados nas alíneas do artigo 82, III, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.9. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação. A quantidade máxima a ser contratada do objeto, durante a vigência inicial da ata de registro de preços, está estabelecida no Termo de Referência anexo a este edital.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. O critério de julgamento desta licitação será o menor preço por item.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.10. O procedimento seguirá o modo de disputa “Aberto”.

- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 6.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho,

conforme regulamento;

6.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso do Sul;

6.17.2.2. Empresas brasileiras;

6.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, que sob pena de desclassificação, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta atualizada, adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, e documentos complementares, se for o caso.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros (art. 91, § 4º da lei 14.133/21):

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e**

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.**

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de, se for o caso, utilização do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, de que trata o **subitem 7.7**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Erros no preenchimento da planilha de custos e de preços não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de **02 (duas) horas**, a contar do requerimento do pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, ou seja, não majorem o preço ofertado ou comprometam a execução do objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Todas as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e econômico-financeira estão previstas no TERMO DE REFERÊNCIA anexo a este edital.

8.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.7. As certidões apresentadas pelo licitante que, não tragam sua validade expressa, serão consideradas pelo Pregoeiro, como válidas por 60 (sessenta) dias da data de expedição. Os documentos apresentados na fase de habilitação deverão estar dentro de seu prazo de validade, sendo a data da solicitação do pregoeiro para verificação desta.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, e o pedido de reconsideração, observarão o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, durante o prazo de 15 (quinze) minutos a ser concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas, ou do ato de habilitação ou inabilitação, conforme o caso;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade

superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Todas as infrações administrativas e sanções para esta contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este edital.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, no próprio portal BLL COMPRAS ou no endereço eletrônico licitacao@funsau-na.ms.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, salvo se dela não decorrer alteração editalícia que comprometa a formulação das propostas.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da Ata de Registro de Preços correrão a cargo do órgão usuário da Ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas solicitações de fornecimento, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital, e ao que dispõe o artigo 95, da Lei nº. 14.133/21.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O contratado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a assinatura do contrato ou, ou para aceitar ou retirar o

instrumento equivalente nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133/21.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Aplicar-se-ão à futura contratação as disposições previstas no Título III, Capítulo I, da Lei nº 14.133/21.

13.2. **Prazo de vigência do contrato:** a vigência do contrato será de até 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/21.

13.3. O contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, com entrega integral ou parcelada.

14. DO(S) VALOR (ES) DE REFERÊNCIA.

14.1. O objeto desta licitação terá como referência o(s) valor (es) unitários e totais indicados no anexo I a este edital.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nem será permitida a subcontratação do objeto.

16. DAS CONDIÇÕES E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina e o licitante vencedor, serão formalizadas mediante Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

16.2. A Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina convocará o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá assiná-la dentro do prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação.

16.3. O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina.

16.4. Será facultado à Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina, quando o adjudicatário não assinar a ata no prazo estabelecido neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos deste subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

16.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

16.5.2. Registrar os preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do ato de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

16.7. Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir.

16.8. A estimativa de custos prevista constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina obrigada a realizá-la em sua totalidade e não cabendo ao licitante vencedor o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

16.9. Será constituído cadastro de reserva, nos seguintes termos:

16.9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.9.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.9.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

16.9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.9.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.9.3.2. Quando houver o cancelamento da ata de registro de preços ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 48 e 49 do Regulamento Da Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina à Nova Lei de Licitações e Contratos n°. 14.133/21.

16.9.4. Será facultado à Administração, quando o adjudicatário não assinar a ata no prazo estabelecido neste edital, convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, para a assinatura da ata nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.9.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 2.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

16.9.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

16.9.5.2. Registrar os preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA ALTERAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. Os critérios de alteração, negociação e cancelamento dos preços registrados estão previstos na Minuta da Ata de Registro de Preços, anexa a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO E ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

18.1. Os critérios de recebimento e entrega do objeto, de fiscalização, de gestão do contrato, do pagamento e do reajuste estão previstos no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços, anexos a este Edital.

19. DO CADASTRO DAS LICITANTES VENCEDORAS NO E-CJUR DO TCE/MS

19.1. Para o fim de atender a exigência do art. 15, V, da Resolução nº 65, de 13 de dezembro de 2017, do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), a empresa a ser contratada deverá até a data de assinatura do contrato, promover seu cadastro no sistema E-CJUR DO TCE/MS, no seguinte endereço eletrônico: <https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2f#/>.

19.2. O passo-a-passo para o cadastramento de empresas pode ser acessado no Capítulo 10 do Manual e-CJUR disponível no Portal do Jurisdicionado no menu “Manuais”, no seguinte endereço: <http://www.tce.ms.gov.br/portaljurisdicionado/conteudos/lista/4/9>

19.3. Deverá ser encaminhado à Administração o comprovante do cadastramento.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

20.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação por outros órgãos e entidades;

20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o



processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.funsau-na.ms.gov.br (na seção portal transparência e editais).

20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Preços Máximos de Referência;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Proposta;

Anexo IV – Modelo de Declaração Unificada.

Anexo V – Modelo de Declaração de ME/EPP;

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços

Nova Andradina-MS, 26 de janeiro de 2024.

Márcio Luiz Soares
Diretor Geral – FUNSAU/NA

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU/NA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

2. TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO A MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

O objeto deste Termo de Referência obedecerá à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, por isso deverá dispensar às Microempresas (ME), Microempreendedores individuais (MEI) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no que couber, tratamento diferenciado e favorecido previsto no referido dispositivo legal.

A confecção de um edital exclusivo para micro empresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais não seria vantajoso para a Fundação, uma vez que frustraria o caráter competitivo da licitação, visto que, não há um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados, sediados local e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, como também visando a busca da vantajosidade para a administração e economia de escala ampliando buscando a competitividade, com as grandes empresas e até fabricantes, com melhores preços nas contratações, refletindo na eficiência, economicidade e melhor aplicação dos recursos públicos.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Esta Fundação, através do seu Setor de Hotelaria, visa a aquisição dos produtos de forma que estes são essenciais para garantir o bom atendimento aos seus usuários, bem como aos colaboradores desta instituição, atendendo a todas as normas de regulamentadoras. Os materiais de higienização garantem a limpeza e desinfecção dos ambientes, equipamentos e utensílios, evitando a proliferação de germes e bactérias que podem colocar em risco a saúde de pacientes e profissionais. Além disso, a utilização de materiais adequados e de qualidade, contribui para a preservação do equipamentos e materiais de trabalho, evitando a sua deterioração e garantindo a sua durabilidade. A aquisição desses materiais é também uma exigência das normas de segurança e higiene, e deve ser vista como um investimento na qualidade dos serviços prestados e na promoção da saúde pública. A aquisição deverá ser realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico através de Sistema de Registro de Preços, sob o critério de julgamento menor Preço por item.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição ora pretendida, é a garantia de um ambiente limpo e seguro para os pacientes, profissionais e usuários, a preservação dos equipamentos e materiais de trabalho, e o cumprimento das normas de segurança e higiene exigidas pelo setor de saúde. Esta aquisição se demonstra como uma solução simples, sem a necessidade de contratação de outros objetos para suprir a demanda.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Como requisito de exigência para esta aquisição será estabelecido ao fornecedor contratado à apresentação de todas as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

A contratante reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo recebimento aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

Os produtos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais, não violadas.

Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem será de responsabilidade da empresa vencedora.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade de Ata de Registro de Preço, menor preço por item.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Forma de Fornecimento: o objeto desta contratação será fornecido de forma parcelada;

6.2. Prazo de Vigência da Ata de Registro de preço: A vigência será de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

6.3. Local de entrega: Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina – Av. Eulenir de Oliveira Lima, nº 71 – Bairro Durval Andrade Filho – Nova Andradina/MS, nos horários das 07h às 11h e das 13h às 17 horas de segunda a sexta-feira.

6.4. Prazo de entrega: 07 (sete) dias úteis contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento –SF.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Da fiscalização:

Cumprindo o disposto no artigo 117, da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contratos designado pela Administração, por meio da Portaria nº 71/23, ou a que vier a esta substituir.

- a) O fiscal de contratos anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, podendo recusar o objeto da contratação que estiver em desacordo com o padrão de qualidade, ou impróprio para a finalidade a que se destina;
- b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de contratos deverão ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.
- c) Atestar a entrega dos bens conforme contratado, principalmente no que se refere a qualidade e quantidade.
- d) Esclarecer as dúvidas administrativas, técnicas e divergências surgidas na execução do objeto do contrato;
- e) Manter contato com o preposto da contratada para resolução de problemas na entrega de bens ou na execução dos serviços ou obras.

Conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/21, o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.2 A Administração, na gestão do contrato, buscará garantir o cumprimento de obrigações da Contratada, são elas:

- a) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender com brevidade;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e exigências constantes deste instrumento, inclusive todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- c) Responsabilizar-se civil, administrativa e criminalmente por qualquer descumprimento das disposições legais e contratuais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão;
- d) Arcar com todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, que decorrerem da execução do objeto da contratação;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O Contratado deverá apresentar Nota Fiscal relacionada à execução do objeto.

Recebida a Nota Fiscal, o pagamento será realizado no prazo de até trinta dias corridos após o recebimento do objeto, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na instituição bancária por ela apontada.

Apenas as despesas relativas à execução do objeto serão consideradas para fins de pagamento.

Além da Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar e manter atualizados, durante a vigência da Ata ou Contrato, os seguintes documentos:

- a. Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em situação "ativa";
- b. SICAF.

Na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as correções necessárias, não respondendo o contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do pagamento correspondente.

Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se a execução do objeto não for compatível com as exigências contidas neste termo, ou por incorreções formais não sanadas na apresentação da Nota Fiscal.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, respeitado o devido processo legal, ao incorrer nas infrações descritas no art. 155, I a XII da Lei 14.133/21. Tal responsabilização se efetivará na forma e por meio da aplicação das sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da referida lei.

Quanto à multa prevista no art. 156, II, da Lei nº 14.133/21, sua aplicação ocorrerá conforme o exposto a seguir:

- a) Multa moratória de 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, sendo limitado a 03 (três) dias;
- b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 As propostas serão julgadas com o critério de julgamento menor preço por item.

10.2 Exigências para **HABILITAÇÃO**:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- O licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua constituição:

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para

fins de identificação em todo o território nacional;

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

*OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

- Quanto à qualificação técnica o licitante deverá apresentar:

- Alvará Sanitário, emitido pelo órgão municipal fiscalizador, na sede do proponente dentro do prazo de validade.

- A licitante vencedora dos itens classificados como saneantes, deverá apresentar a Autorização de Funcionamento (AFE) expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para o exercício da atividade pertinente. A autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária deverá ser apresentada em plena validade (ANVISA), não será aceito protocolo.

- A licitante vencedora dos itens 23, 32, 33 e 61, deverá apresentar Ficha Técnica, FISPQ e Registro na ANVISA dos produtos.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

- As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

→ A prova de inscrição no cadastro de contribuintes poderá ser realizada mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) No caso do cadastro de contribuintes estadual, por meio do Cartão de Inscrição Estadual ou Ficha de Inscrição Cadastral-FIC ou Documento de Identificação de Contribuinte;

b) No caso do cadastro de contribuintes municipal, por meio do Cartão de Inscrição Municipal, Alvará de Licença e Funcionamento ou Alvará de Localização e Funcionamento.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Gerais ou Mobiliários, ou outra certidão aplicável, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para a habilitação econômico-financeira do licitante será exigido:

- **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que a sua participação na licitação seja possível, ou de sociedade simples;

- **Balanco Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício** e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

→ As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

→ O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

• **Comprovação da boa situação financeira da licitante**, que será aferida pelo Departamento de Contabilidade com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), dados extraídos do balanço, que serão calculados e obrigatoriamente apresentados de acordo com as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a) Os índices serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade;

b) Serão habilitadas as licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com o resultado igual ou superior a 1,00 (= ou >1,00), calculados conforme as fórmulas;

c) A comprovação é obrigatória, mesmo que o resultado nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) seja inferior a 1,00;

Obs.: No caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1,00 nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar que seu capital social registrado e integralizado é de no mínimo **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, com dados extraídos do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, relativamente à data da apresentação da proposta.

A comprovação poderá ser feita com base na análise da Comissão de Licitação, bem como pelo Parecer do Departamento de Contabilidade sobre o Balanço Patrimonial, demonstrações contábeis, inclusive de dados extraídos do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, relativamente à data da apresentação da proposta.

• **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

DECLARAÇÕES

Para habilitação também serão exigidas do licitante as seguintes declarações:

- **Declaração de que o licitante tomou conhecimento** de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- **Declaração de que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos**, bem como atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- **Declaração de que sua proposta econômica** compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- **Declaração de cumprimento da proibição prevista no art. 7º, XXXIII**, da Constituição Federal, ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. .
- **Declaração, se for o caso, de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte** para recebimento de tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- **Declaração, se for o caso, de observância do limite de contratações** estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte no artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS

O valor estimado global da presente contratação é de **R\$ 173.909,25** (cento e setenta e três mil novecentos e nove reais e vinte e cinco centavos).

| Nº | Quantidade | Unid. | Especificação | Preço Unitário | Preço Total |
|----|------------|-------|---|----------------|-------------|
| 1 | 10,000 | UN | Aromatizador de Ambientes (360ml) - Aerosol, não contendo CFC. Embalagem com 360ml. Fragrância lavanda ou floral. | 8,9700 | 89,70 |
| 2 | 5,000 | UN | Balde (10 litros) - Em material plástico reforçado com alça de metal. | 9,7100 | 48,55 |
| 3 | 10,000 | PCT | BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 35 X 50 CM- - BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 35 X 50 CM- EM POLIESTIRENO. CONTENDO 500 SACOS CADA. TAMANHO: 35 X 50 CM. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. | 45,2800 | 452,80 |
| 4 | 80,000 | UN | BORRIFADOR - BORRIFADOR - BORRIFADOR DE ÁGUA, MATERIAL PLÁSTICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE DE 500 ML. | 6,5000 | 520,00 |
| 5 | 10,000 | PAR | Bota de PVC nº 35 (cor branca) - Bota de PVC, com forração | 52,3900 | 523,90 |

| | | | | | |
|----|--------|-----|---|---------|----------|
| | | | interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | | |
| 6 | 10,000 | PAR | Bota de PVC nº 36 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 52,3900 | 523,90 |
| 7 | 20,000 | PAR | Bota de PVC nº 37 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 47,8400 | 956,80 |
| 8 | 20,000 | PAR | Bota de PVC nº 38 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 55,1300 | 1.102,60 |
| 9 | 20,000 | PAR | Bota de PVC nº 39 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 67,4400 | 1.348,80 |
| 10 | 10,000 | PAR | Bota de PVC nº 40 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 48,0200 | 480,20 |
| 11 | 10,000 | PAR | Bota de PVC nº 41 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 50,6900 | 506,90 |
| 12 | 2,000 | PAR | Bota de PVC nº 42 (cor branca) - Bota de PVC, com forração interna de malha de poliéster antibacteriana, de uso profissional, fácil higienização, cano médio, 25cm. Solado PVC antiderrapante. C.A. 38200 | 45,9500 | 91,90 |

| | | | | | |
|----|--------|----|---|------------|----------|
| 13 | 80,000 | UN | BUCHA. - BUCHA. Bucha para lavar roupa. Com base em plástico e cerdas em nylon. | 4,0300 | 322,40 |
| 14 | 1,000 | UN | Caixa Organizadora - 30 Litros - Retangular em plástico resistente, transparente, com tampa. Fechamento com trava. Capacidade 30 litros. | 58,6500 | 58,65 |
| 15 | 1,000 | UN | Caixa Organizadora - 60 Litros - Retangular em plástico resistente, transparente, com tampa. Fechamento com trava. Capacidade 60 litros. | 87,2200 | 87,22 |
| 16 | 3,000 | UN | Carrinho conjunto "doblo" (50 litros) - Carrinho com dois baldes com capacidade de 25 litros cada, com cavalete e espremador para limpeza de pisos frios em geral. Estrutura em polipropileno injetado. Rodízios projetados para facilitar a manutenção e higienização. Sistema de espremador com pressão superior, clip de fixação para haste, alça em aço tubular com pintura eletroestática, pode usar MOP plano/vertical. | 699,7600 | 2.099,28 |
| 17 | 1,000 | UN | Carrinho cuba (sem tampa) - Comprimento 1,03; Largura 0,63; Altura: 1,05. Carrinho com cuba de polietileno 180L sem tampa. Cor branca. Capacidade de carga 300kg. | 384,4200 | 384,42 |
| 18 | 2,000 | UN | Carro coletor container em fiberglass com tampa (BRANCO) - Capacidade para 345 litros. Modelo versátil, desenvolvido para ser utilizado no transporte dos mais variados tipos de instrumentais, entre outros. É confeccionado em fiberglass com acabamento em gel coat isofitalico, apresenta alta durabilidade e resistência, é liso na parte interna e externa. Possui dreno para escoamento de líquidos, dispositivo de elevação e suporte de tampa, totalmente confeccionado em aço inoxidável com acabamento polido. Capacidade 345 litros. Possibilita fácil higienização. Rodízio 04 banda de material termoplástico macio com alta resistência ao desgaste e absorção de choques, com núcleo de polipropileno de alta intacto. DIMENSÃO INTERNA: profundidade 630mm, comprimento 830mm, altura 600 mm. DIMENSÃO EXTERNA: profundidade 690mm, comprimento 960mm, altura do piso à extremidade da tampa 840mm | 421,9700 | 843,94 |
| 19 | 10,000 | UN | Cesto (15 litros) - Cesto para lixo, redondo, cores diversas. Tamanho 15 litros | 18,2800 | 182,80 |
| 20 | 1,000 | UN | CHAPÉU ÁRABE- - CHAPÉU ÁRABE- Capuz de segurança confeccionado em tecido de malha dupla de poliéster (herlanca/brin), aba bico de pato, reforço na aba com tiras em viés, tiras inteiriças em velcro para ajuste na parte frontal. | 17,1000 | 17,10 |
| 21 | 1,000 | UN | CUBA ROTOMOLDADA - CUBA ROTOMOLDADA CUBA DE POLIETILENO SEM TAMPA PARA CARRINHO: CAPACIDADE:180 LTS | 1.614,6500 | 1.614,65 |
| 22 | 10,000 | GL | DESENGORDURANTE EMBALAGEM DE 5 LITROS- - DESENGORDURANTE EMBALAGEM DE 5 LITROS- Desengordurante para limpeza de fogão em inox. Embalagem contendo 5 litros. Contendo na embalagem instrução de uso, data | 20,6200 | 206,20 |



de validade e lote.

| | | | | | |
|----|---------|----|--|---------|-----------|
| 23 | 700,000 | GL | Detergente Geral Concentrado (5 litros) - Galão com 5 litros. Diluição 1/100. Indicado para limpeza de pias, banheiros e esmaltados. Com ação bactericida. Embalagem original de fábrica com especificação na embalagem do produto. Aroma: lavanda. Deve apresentar junto à proposta a ficha técnica FISPQ, e registro do produto na ANVISA. Obs: incluindo a instalação de bomba dosadora e treinamento de manuseio da bomba em regime de comodato. | 25,1000 | 17.570,00 |
| 24 | 70,000 | UN | Disco para Limpeza Geral (verde) - Disco verde para limpeza geral. Dimensões 350mm x 350mm x 20mm. Aplicação: Remoção sujeiras impregnadas. | 26,9500 | 1.886,50 |
| 25 | 55,000 | UN | DISPENSER DE PAREDE PARA ÁLCOOL EM GEL E SABONETE LIQUIDO- - DISPENSER DE PAREDE PARA | 28,8300 | 1.585,65 |

| | | | | | |
|----|--------|----|--|------------|----------|
| | | | <p>ÁLCOOL EM GEL E SABONETE LIQUIDO- PODE SER UTILIZADO TAMBÉM PARA ÁLCOOL EM GEL E SABONETE LIQUIDO.</p> <p>APLICAÇÃO NA PAREDE, COM VISOR TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 500 ML. DE FÁCIL MANUSEIO.</p> <p>ACOMPANHA KIT DE FIXAÇÃO:</p> <p>-2 PARAFUSOS;</p> <p>-2 BUCHAS;</p> <p>-2 VENTOSAS.</p> <p>ACOMPANHA REFIL.</p> | | |
| 26 | 40,000 | UN | <p>DISPENSER PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO: - DISPENSER PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO: ESPECIFICAÇÕES: COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO, REFIL COMPATÍVEL: PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO DE ATÉ 500 METROS. ACESSÓRIOS: ACOMPANHA CHAVE DE DESTRAVAMENTO, TRAVA PARAFUSOS E BUCHAS, NA COR: BRANCO, PESO: 0,44 KG, MEDIDAS DO PRODUTO APROXIMADAMENTE (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO): 28,6 X 31,3 X 12,8 CM.</p> | 69,3400 | 2.773,60 |
| 27 | 50,000 | UN | <p>DISPENSER PAPEL TOALHA- - DISPENSER PAPEL TOALHA- TOALHEIRO 02 OU 03 DOBRAS PARA PAPEL INTERFOLHA. INJETADO EM PLÁSTICO ABS BRANCO E FUNDO CINZA COM VISOR TRANSPARENTE PARA CONTROLE DE REPOSIÇÃO DO PAPEL. ACOMPANHA CHAVE E KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE COM BUCHAS E PARAFUSOS, COM SUPERFÍCIE POLIDA DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. COR: BRANCO. CAPACIDADE: 600 FOLHAS APROXIMADAMENTE, MEDIDAS: (ALTURA) 285 MM X (LARGURA) 255 MM X (PROFUNDIDADE) 120 MM.</p> | 24,1200 | 1.206,00 |
| 28 | 1,000 | UN | <p>Enceradeira (Industrial) - ENCERADEIRA INDUSTRIAL- (350mm DE DIÂMETRO) BIVOLT COM CHAVE SELETORA. CERTIFICADO PELO INMETRO. SEU CABO ELÉTRICO: 12 METROS, SISTEMA DE TRAVAMENTO DO CABO ATRAVÉS DE PEDAL NÃO PERMITINDO QUE O CABO CAIA NO CHÃO. ACOMPANHA SUPORTE PARA DISCO, DISCO VERDE PARA LAVAR E DISCO BRANCO PARA LUSTRAR E ESCOVA DE NYLON PARA LAVAR PEDRAS E PISOS RÚSTICOS. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 ENCERADEIRA, 1 ESCOVA DE LAVAR 350mm, 1 SUPORTE PARA DISCO 350mm, 1 DISCO VERDE 350mm E 1 DISCO BRANCO 350mm. DIMENSÕES DO PRODUTO - CM (A X L X P): 119 X 45 X 59; POSSUI RODINHAS; COM FUNÇÃO LAVAR E LUSTRAR; MATERIAL EM ALUMÍNIO E FERRO; VOLTAGEM: 127 V / 220 V. GARANTIA DO FORNECEDOR 12 MESES.</p> | 2.452,6000 | 2.452,60 |
| 29 | 2,000 | UN | <p>ESCADA ALUMINIO 06 DEGRAUS COM PLATAFORMA -</p> | 338,3400 | 676,68 |



ESCADA ALUMINIO 06 DEGRAUS COM PLATAFORMA -
Altura: 1.76 cm Largura: 48,5 cm Comprimento: 150 cm Peso
Liquido: 4,28 Kg Capacidade mínima suportada 100kg. Fabricada
segundo os critérios da ABNT. Com fita de segurança dupla.

| | | | | | |
|----|---------|-----|--|---------|----------|
| 30 | 250,000 | PCT | FIBRA PARA LIMPEZA GERAL (VERDE)-. - FIBRA PARA LIMPEZA GERAL (VERDE)-. Acondicionamento em embalagem plástica transparente original de fábrica. Pacote contendo 10 unidades. | 20,9100 | 5.227,50 |
| 31 | 50,000 | PCT | FIBRA PARA LIMPEZA LEVE- COR BRANCA PCTE COM 10X1 - FIBRA PARA LIMPEZA LEVE- COR BRANCA PCTE COM 10X1 - TEXTURA MACIA PARA SUPERFICIES DELICADA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA | 9,7700 | 488,50 |

| | | | | | |
|----|--------|----|--|------------|-----------|
| 32 | 50,000 | GL | Hipoclorito de Sódio (12%) - Concentrado 12% p/p para uso hospitalar. Desinfetante a base de hipoclorito de sódio com teor ativo de 12% indicado para a desinfecção de ambientes hospitalares, em galões de 50 litros obrigatoriamente lacrados. Especificação na embalagem do lote, data de fabricação e validade. Deve apresentar junto à proposta a ficha técnica, FISPQ, e registro do produto na ANVISA. Obs. Incluindo a instalação de bomba dosadora e treinamento de manuseio da bomba em regime de comodato. Deve conter na embalagem de uso hospitalar. | 314,0300 | 15.701,50 |
| 33 | 50,000 | GL | IMPERMEABILIZANTE- - IMPERMEABILIZANTE- IMPERMEABILIZANTE INDICADO PARA PISOS HOSPITALARES DEVIDO AO SEU BAIXO ODOR. ALTAMENTE RESISTENTE AO TRÁFEGO PESADO, DISPENSA O USO DE SELADOR, MESMO EM PISOS POROSOS. IMPERMEABILIZANTE COM ALTO TEOR DE SÓLIDOS (30%), SECAGEM RÁPIDA, FLUIDEZ NA APLICAÇÃO, FÁCIL MANUTENÇÃO, ALTA DURABILIDADE E PERFORMANCE. ESPECIFICAÇÃO NA EMBALAGEM DO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. DEVE APRESENTAR JUNTO Á PROPOSTA Á FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA. GALÃO DE 05 (CINCO) LITROS. INDICADO PARA APLICAÇÃO EM PISO DE GRANILIT. | 177,4400 | 8.872,00 |
| 34 | 5,000 | UN | Inseticida - Inseticida Inseticida eficiente para matar mosquitos (inclusive o mosquito da dengue), pernilongos, muriçocas, moscas, baratas, aranhas. Embalagem contendo 300 ml, instrução de uso, data de validade e lote. | 10,5000 | 52,50 |
| 35 | 1,000 | UN | LAVADORA DE ALTA PRESSÃO- - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO- Válvula em aço inox, cabo elétrico de 5 metros com Plug, mangueira com 10 metros de extensão. Esguicho com leque regulável, protetor de correia de acordo com a norma NR-12. Chave elétrica de 30°. Mangueira de Sucção com 2,5 metros de extensão com filtro. Chave para ajuste das gaxetas, manutenção simples e de baixo custo com carrinho. Vazão (litros/Minuto): 14, Pressão: PSI (bar): 320 (22), Potência Motor: 1CV, vazão mínima para funcionamento (L/m):17. Garantia mínima de 1 ano. | 1.663,4700 | 1.663,47 |
| 36 | 2,000 | UN | LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 100 L- - LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 100 L- LIXEIRA DE PLÁSTICO RESISTENTE. COM TAMPA E PEDAL. NA COR BRANCA DE 100 LITROS. | 131,1900 | 262,38 |
| 37 | 15,000 | UN | LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 15 L - LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 15 L - LIXEIRAS DE PLÁSTICO resistente. Com tampa e pedal . Cor branca 15 L | 40,0400 | 600,60 |
| 38 | 30,000 | UN | LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 30L - LIXEIRA DE | 51,8300 | 1.554,90 |



| | | | | | |
|----|---------|-----|--|---------|----------|
| | | | PLÁSTICO COR BRANCA 30L - LIXEIRAS DE PLÁSTICO resistente. Com tampa e pedal . Cor branca 30L | | |
| 39 | 15,000 | UN | LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 60L - LIXEIRA DE PLÁSTICO COR BRANCA 60L - LIXEIRAS DE PLÁSTICO resistente. Com tampa e pedal. Cor branca 60 L. | 92,8500 | 1.392,75 |
| 40 | 100,000 | PAR | Luva Impermeável Cano Longo (Tamanho G) - Luva de segurança confeccionada em látex natural e neoprene, com reforço extra, interior forrado em algodão flocado, palma antiderrapante. CA 5774 | 8,2600 | 826,00 |
| 41 | 10,000 | PAR | Luva Impermeável Cano Longo (Tamanho GG) - Luva de segurança confeccionada em látex natural e neoprene, com | 8,2600 | 82,60 |

| | | | | | |
|----|-----------|-----|---|---------|----------|
| | | | reforço extra, interior forrado em algodão flocado, palma antiderrapante. CA 5774 | | |
| 42 | 100,000 | PAR | Luva Impermeável Cano Longo (Tamanho M) - Luva de segurança confeccionada em látex natural e neoprene, com reforço extra, interior forrado em algodão flocado, palma antiderrapante. CA 5774 | 7,6500 | 765,00 |
| 43 | 10,000 | PAR | Luva Impermeável Cano Longo (Tamanho P) - Luva de segurança confeccionada em látex natural e neoprene, com reforço extra, interior forrado em algodão flocado, palma antiderrapante. CA 5774 | 9,1000 | 91,00 |
| 44 | 50,000 | PAR | Luva de Látex Cano Longo sem forro maior comprimento - Punho prende-se ao antebraço, palma antiderrapante, espessura 0,55mm. | 7,1900 | 359,50 |
| 45 | 250,000 | PAR | Luva de Látex Nitrílica Cano Longo sem Forro (G) - Luva de segurança confeccionada em nitrila, sem revestimento interno, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. CA 16314 | 20,8500 | 5.212,50 |
| 46 | 220,000 | PAR | Luva de Látex Nitrílica Cano Longo sem Forro (M) - Luva de segurança confeccionada em nitrila, sem revestimento interno, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. CA 16314 | 17,5800 | 3.867,60 |
| 47 | 30,000 | PAR | Luva de Látex Nitrílica Cano Longo sem Forro (P) - Luva de segurança confeccionada em nitrila, sem revestimento interno, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. CA 16314 | 13,6000 | 408,00 |
| 48 | 3,000 | UN | MOP LIMPA VIDROS- - MOP LIMPA VIDROS- CABO EXTENSÍVEL EM ALUMÍNIO DE 1,60 CM E ESPONJA MICROFIBRA NO RODO. MATERIAL DO CABO EM ALUMÍNIO. ALCANÇA OS LUGARES MAIS DIFÍCIEIS NA HORA DA LIMPEZA, PRINCIPALMENTE NOS LUGARES MAIS ALTOS. | 29,9600 | 89,88 |
| 49 | 50,000 | UN | Óculos de Segurança (ANSI Z87) - Adaptam-se a maioria dos óculos de grau, para uso sobreposto. Vantagens e recursos: Óculos de sobreposição a maioria dos óculos corretivos. Antirrisco, construção em três painéis de policarbonato. Isento de partes metálicas. Especificação: Lente incolor, proteção lateral ventilada, atende as exigências das normas. ANSI Z87 | 7,2700 | 363,50 |
| 50 | 15,000 | UN | Pá para Lixo - Pá para lixo de plástico com cabo longo. Mínimo 60cm. | 10,1800 | 152,70 |
| 51 | 1.000,000 | UN | Pano de Chão (100% Algodão) - Saco alvejado, tamanho mínimo de 60x85cm. | 4,3100 | 4.310,00 |
| 52 | 500,000 | UN | Pano de Chão (xadrez) - 100% algodão, tamanho mínimo de 60x85cm. | 7,7100 | 3.855,00 |
| 53 | 320,000 | PCT | Papel Higiênico (300m) - Papel Higiênico em rolo, folha simples - 300m, branco extra luxo, fabricado com 100% celulose virgem, alta qualidade, embalado em pacotes com oito rolos cada, embalagem original. | 30,7000 | 9.824,00 |
| 54 | 3,000 | UN | PLACA SINALIZADORA PISO MOLHADO- - PLACA | 33,5700 | 100,71 |



| | | | | | |
|----|---------|----|--|---------|--------|
| | | | SINALIZADORA PISO MOLHADO- PLACA SINALIZADORA CUIDADO PISO MOLHADO - MEDIDA ABERTA: ALTURA: 6, LARGURA: 37,5 QUE TEM COMO FINALIDADE IDENTIFICAR AS ÁREAS DE RISCO E AUXILIAR NO ISOLAMENTO DAS MESMAS REDUZINDO A PROBABILIDADE DE ACIDENTES | | |
| 55 | 1,000 | RL | PLASTICO - TIPO TOALHA - PLASTICO - TIPO TOALHA DE MESA TRANSPARENTE. LARGURA NO MINIMO: 1,40 CM CADA ROLO CONTENDO 50 METROS CADA. GRAMATURA DE 15. | 77,8100 | 77,81 |
| 56 | 100,000 | UN | Protetor auditivo tipo plug - Protetor auditivo tipo plug - (inserção pré-moldável) | 3,6800 | 368,00 |
| | | | Protetor auditivo, do tipo inserção pré-moldado, de silicone, | | |

| | | | | | |
|----|---------|-----|--|---------|-----------|
| | | | tamanho único, com cordão de algodão, plástico ou silicone | | |
| 57 | 100,000 | UNI | REFIL DE BORRACHA PARA RODO - REFIL DE BORRACHA PARA RODO - DE ALUMÍNIO DE 60 CM, PARA SUBSTITUIR BORRACHAS DESGASTADAS. | 4,4200 | 442,00 |
| 58 | 25,000 | UNI | REFIL DE BORRACHA PARA RODO 40 CM - REFIL DE BORRACHA PARA RODO 40 CM - DE ALUMINIO DE 40 CM, PARA SUBSTITUIR BORRACHAS DESGASTADAS. | 3,6300 | 90,75 |
| 59 | 50,000 | UN | RODO PARA LIMPEZA 60 CM-. - RODO PARA LIMPEZA 60 CM-. Rodo cabo e base em alumínio polido de alta resistência, permite substituição de borracha, modelo: asa delta. Tamanho do rodo: 60 cm. Tamanho do cabo: 1,50 cm. | 36,5000 | 1.825,00 |
| 60 | 10,000 | UN | RODO PARA LIMPEZA 40 CM-. - RODO PARA LIMPEZA 40 CM-.Rodo cabo e base em alumínio polido de alta resistência, permite substituição de borracha, modelo: asa delta. Tamanho do rodo: 40 cm. Tamanho do cabo: 1,50 cm. | 26,6800 | 266,80 |
| 61 | 240,000 | GL | SABONETE CREMOSO ANTI-SÉPTICO - SABONETE CREMOSO ANTI-SÉPTICO - Sabonete líquido antisséptico inodoro com triclosan como princípio ativo, indicado para antissepsia das mãos. Apresentado em embalagem de polietileno com 05 litros, devidamente rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número de lote, registro/notificação no Ministério da Saúde, ficha técnica do produto, instruções e cuidados na utilização. | 21,2200 | 5.092,80 |
| 62 | 150,000 | PCT | Saco de Lixo Infectante (100 litros) - Para lixo hospitalar branco leitoso. Medidas 75cm x 105cm normatizado pela ABNT. Pacote com 100 unidades. Micra 12. NBR 9191/2000 da ABNT e ANVISA RDC 306. | 37,6000 | 5.640,00 |
| 63 | 260,000 | PCT | Saco de Lixo Infectante (50 litros) - Para lixo hospitalar branco leitoso. Medidas 63cm x 80cm normatizado pela ABNT. Pacote com 100 unidades. Micra 12. NBR 9191/2000 da ABNT e ANVISA RDC 306. | 25,8100 | 6.710,60 |
| 64 | 120,000 | PCT | Saco de Lixo Infectante (30 litros) - Para lixo hospitalar branco leitoso. Medidas 59cm x 62cm normatizado pela ABNT. Pacote com 100 unidades. Micra 12. NBR 9191/2000 da ABNT e ANVISA RDC 306. | 24,9600 | 2.995,20 |
| 65 | 300,000 | PCT | SACO DE LIXO PRETO 130 LITROS-. - SACO DE LIXO PRETO 130 LITROS-. Reforçado, medida: 90 x 105 - (12 micras). Pacote com 100 unidades. Embalagem fechada e identificada de fábrica. | 63,6900 | 19.107,00 |
| 66 | 500,000 | PCT | SACO DE LIXO PRETO 60 LITROS-. - SACO DE LIXO PRETO 60 LITROS-. Reforçado, medida: 63 x 80 - (12 micras), pacote com 100 unidades. Embalagem fechada e identificada de fábrica. | 26,6800 | 13.340,00 |
| 67 | 360,000 | PCT | SACO DE LIXO PRETO 30 LITROS-. - SACO DE LIXO PRETO 30 LITROS-. Reforçado, medida: 59 x 62 - (12 micras), pacote com 100 unidades. Embalagem fechada e identificada de fábrica. | 15,0300 | 5.410,80 |



| | | | | | |
|---------------|---------|----|--|----------|----------|
| 68 | 4,000 | UN | SUPORTE PARA FIBRA EM MADEIRA COM VELCRO - SUPORTE PARA FIBRA EM MADEIRA COM VELCRO- PARA MÁQUINA LAVADORA DE PISO NAS MEDIDAS 510 E 380 DE DIÂMETROS. | 26,6300 | 106,52 |
| 69 | 15,000 | UN | Suporte para fibras - Suporte para fibras- com cabo. | 38,7900 | 581,85 |
| 70 | 2,000 | UN | TAPETE PARA AUTO TRAFEGO COR PRETO-. - TAPETE PARA AUTO TRAFEGO COR PRETO-. Tapete para auto tráfego cor preto, contendo símbolo HR, tamanho: 30 cm de altura x 30 de comprimento, centralizado na cor verde escuro. Escrito FUNSAU-NA no canto inferior direito, comprimento do tapete de no mínimo 120 cm x 100 cm de largura. | 256,1300 | 512,26 |
| 71 | 10,000 | UN | VASSOURA com cerdas de nylon c/ cabo longo - VASSOURA com cerdas de nylon c/ cabo longo | 8,0400 | 80,40 |
| Página: 7 / 7 | | | | | |
| 72 | 80,000 | UN | Vassoura p/ Higienização (Vaso Sanitário) - Vassourinha Para Vaso Sanitário, Cabo Plástico, Cerdas De Nylon, Formato Arredondado, Cerdas Fundidas Ao Cabo, Aplicação: Limpeza Sanitário. | 5,7400 | 459,20 |
| 73 | 5,000 | UN | VASSOURA PARA JARDIM (RASTELO)- . - VASSOURA PARA JARDIM (RASTELO)- . FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE E ÓTIMO ACABAMENTO; - POSSUI 26 DENTES FIXOS; - POSSUI OLHO DE 23 MM DE DIÂMETRO. | 23,2200 | 116,10 |
| 74 | 2,000 | UN | BALDE A CHUTE EM AÇO INOXIDÁVEL 12 L- - BALDE A CHUTE EM AÇO INOXIDÁVEL 12 L- Balde de aço inox- capacidade do balde de 12 litros. Proteção de para-choques redondo, suporte redondo em aço inoxidável, rodas de 60 mm rolantes, Dimensões 40 x 40 x 40 cm. | 176,8300 | 353,66 |
| 75 | 2,000 | UN | SUPORTE PARA BALDE A CHUTE 12 LITROS- - SUPORTE PARA BALDE A CHUTE 12 LITROS- Proteção de para-choques redondo cor preto ou cinza, suporte redondo em aço inoxidável, rodas de 60 mm rolantes, Dimensões: 40 x 40 x 40 cm. Compatível com o balde a chute. | 836,6700 | 1.673,34 |
| 76 | 500,000 | UN | VALVULA DOSADORA PARA SABONETEIRA RESERVATÓRIO - VALVULA DOSADORA PARA SABONETEIRA RESERVATÓRIO, COMPATÍVEL COM DISPENSER. | 2,7400 | 1.370,00 |



| | | | | | |
|----|--------|----|--|---------|--------|
| 77 | 1,000 | UN | PISTOLA GATILHO PARA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COM ENGATE CON - PISTOLA GATILHO PARA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COM ENGATE CONECTOR DE ROSCA PARA MELHOR SEGURANÇA- Gatilho pistola e lança lavadora de alta pressão. Compatível com a lavadora de alta pressão. Composição: 01 pistola + 01 lança. Informações técnicas: - Pistola: Encaixe na mangueira: rosqueável no corpo da pistola. Encaixe na lança: Orifício no corpo da pistola. Trava de segurança: botão anti-acionamento do gatilho. Informações técnicas: Lança: encaixe na pistola: orifício no corpo da pistola, bico com duas posições de jato: jato reto e jato leque. | 80,3300 | 80,33 |
| 78 | 15,000 | M | MANGUEIRA PARA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO- - MANGUEIRA PARA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO- Mangueira em nylon, compatível com máquina lavadora de alta pressão. | 31,4000 | 471,00 |

| | | |
|----------------------------------|--------------|------------|
| (Valores expressos em Reais R\$) | Total Geral: | 173.909,25 |
|----------------------------------|--------------|------------|

Cristiane da Silva Batista

Gerente de Hotelaria



ANEXO IV

(Este anexo é um modelo)

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF nº.
_____, sediada _____ (endereço completo)
_____, por intermédio do seu representante ou procurador, sob as penas da Lei, declara:

- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- Que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- Que cumpre a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade administrativa, civil e (ou) criminal por eventual falsidade.

(localidade) _____, de _____ de _____.

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa ou procurador)



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

ANEXO V

(Este anexo é um modelo)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF
nº. _____, sediada _____ (endereço
completo) _____, declara o enquadramento
como _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte) para recebimento de

tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Declara, ainda, a observância do limite de contratações estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte no
artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

(localidade) _____, de _____ de _____.

nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa ou procurador)



ANEXO VI

(Minuta Ata de Registro de Preços)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 217/2023

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, a Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina/MS, lavra a presente **Ata de Registro de Preços**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 002/2024**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021, observados as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação em epígrafe, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU/NA.**

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá o prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

2.2 A Ata de Registro de Preços não gera direito subjetivo à contratação para com os fornecedores durante a sua vigência. Tal instrumento tem como finalidade futura e eventual demanda da Administração Pública, dentro dos termos do edital.

2.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação do quantitativo registrado, até o limite do quantitativo original.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico nº 002/2024.**

| | | | | | | | |
|--------------------------------|---------------|----------------------|--------------|---------------|--------------|-----------------------|--------------------|
| EMPRESA (A): | | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | | |
| ITEM | CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| | | | | | | | |
| TOTAL DO FORNECEDOR R\$ | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---------------------|---------------|----------------------|--------------|---------------|--------------|-----------------------|--------------------|
| EMPRESA (A): | | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | | |
| ITEM | CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
| TOTAL DO FORNECEDOR R\$ | | | | | | | |

3.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, se houver, constará como anexo a esta Ata.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, será observado quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 002/2024**, que a precedeu e compõe o presente instrumento de compromisso.

3.4 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no **Pregão Eletrônico nº 002/2024**, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata.

3.5 Esta Ata de Registro de Preços se vincula ao edital de licitação e seus anexos, do Pregão Eletrônico **nº 002/2024**, bem como à proposta do fornecedor.

4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1 O órgão gerenciador será a Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina – FUNSAU/NA.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 As condições gerais do fornecimento, tais como: os prazos para entrega, recebimento, da fiscalização do objeto, do pagamento, das obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços.

7. DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados, por meio de aditivo, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.5.1 A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

7.5.2 A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

7.5.3 Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

7.6 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.7 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.8 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto, pelo preço registrado na ata.

7.9 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.10 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.11 Liberado o fornecedor ou prestador na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.12 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.13 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O registro do preço do fornecedor ou prestador de serviço será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- 8.1.1 For liberado;
- 8.1.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 8.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 156, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 8.1.5 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

8.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- 8.2.1 Pelo decurso do prazo de vigência;
- 8.2.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 8.2.3 Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- 8.2.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e Anexos.

9.2 Compete ao órgão ou à entidade participante aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à suademanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, além de informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora.

10. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS DE QUANTITATIVOS

10.1 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços durante sua vigência.

11. DOS PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DOS FUTUROS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

11.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/21.



11.2 Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Andradina/MS, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Órgão Gerenciador

Empresa: _____
Representante: _____
CPF.: _____
RG.: _____

Empresa: _____
Representante: _____
CPF.: _____
RG.: _____
Nome: _____

_CPF: _____
